

Sumário

INTRODUÇÃO 13

Primeira Parte

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS 17

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 19

1.2. PRINCÍPIO LÓGICO 21

1.3. PRINCÍPIO ECONÔMICO 24

1.4. PRINCÍPIO POLÍTICO 31

1.5. PRINCÍPIO JURÍDICO 35

1.6. PRINCÍPIO INSTRUMENTAL 48

1.7. PRINCÍPIO EFETIVO 54

Segunda Parte

JURISDIÇÃO E JUIZ 59

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 61

2.2. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL 63

2.2.1. Princípio da inércia da jurisdição 69

2.2.2. Princípio da independência 72

2.2.3. Princípio da imparcialidade 77

2.2.4. Princípio da inafastabilidade 82

2.2.5. Princípio da gratuidade judiciária 84

2.2.6. Princípio da investidura 88

2.2.7. Princípio da aderência ao território 89

2.2.8. Princípio da indelegabilidade 91

2.2.9. Princípio da indeclinabilidade 92

2.2.10. Princípio da inevitabilidade 95

2.2.11. Princípio da independência das jurisdições civil e criminal 96

2.2.12. Princípio da *perpetuatio jurisdictionis* 99

2.2.13. Princípio da recursividade 103

Terceira Parte

AÇÃO E DEFESA 107

- 3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 109
- 3.2. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA 112
 - 3.2.1. Princípio da demanda 114
 - 3.2.2. Princípio da autonomia de ação 118
 - 3.2.3. Princípio dispositivo 121
 - 3.2.4. Princípio da ampla defesa 124
 - 3.2.5. Princípio da defesa global 128
 - 3.2.6. Princípio da eventualidade 130
 - 3.2.7. Princípio da estabilidade objetiva da demanda 132
 - 3.2.8. Princípio da estabilidade subjetiva da demanda 136

Quarta Parte

PROCESSO E PROCEDIMENTO 141

- 4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 143
- 4.2. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL 145
 - 4.2.1. Atos processuais 148
 - 4.2.1.1. Considerações iniciais 148
 - 4.2.1.2. Princípio do debate 149
 - 4.2.1.3. Princípio do impulso oficial 153
 - 4.2.1.4. Princípio da boa-fé 156
 - 4.2.1.5. Princípio do contraditório 160
 - 4.2.1.6. Princípio da representação por advogado 164
 - 4.2.1.7. Princípio da publicidade 167
 - 4.2.1.8. Princípio da celeridade 171
 - 4.2.1.9. Princípio da preclusão 174
 - 4.2.1.10. Princípio da indisponibilidade procedimental 178
 - 4.2.1.11. Princípio da preferibilidade do rito ordinário 181
 - 4.2.2. Nulidades 184
 - 4.2.2.1. Considerações iniciais 184
 - 4.2.2.2. Princípio da liberdade de forma 186
 - 4.2.2.3. Princípio da finalidade 187
 - 4.2.2.4. Princípio do aproveitamento 190
 - 4.2.2.5. Princípio do prejuízo 192
 - 4.2.2.6. Princípio da convalidação 194
 - 4.2.2.7. Princípio da causalidade 195
 - 4.2.3. Prova 197
 - 4.2.3.1. Considerações iniciais 197
 - 4.2.3.2. Princípio da busca da verdade 198
 - 4.2.3.3. Princípio da licitude da prova 201
 - 4.2.3.4. Princípio inquisitivo 204
 - 4.2.3.5. Princípio da livre admissibilidade da prova 208

4.2.3.6. Princípio do ônus da prova	212
4.2.3.7. Princípio da comunhão da prova	216
4.2.3.8. Princípio da avaliação da prova	218
4.2.3.9. Princípio da imediatidade	221
4.2.3.10. Princípio da concentração	224
4.2.3.11. Princípio da originalidade	227
4.2.4. Sentença	229
4.2.4.1. Considerações iniciais	229
4.2.4.2. Princípio da vinculação do juiz aos fatos da causa	231
4.2.4.3. Princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte	234
4.2.4.4. Princípio da <i>inria novit curia</i>	237
4.2.4.5. Princípio da identidade física do juiz	241
4.2.4.6. Princípio do livre convencimento	244
4.2.4.7. Princípio da motivação	247
4.2.4.8. Princípio da persuasão	251
4.2.4.9. Princípio da sucumbência	254
4.2.4.10. Princípio da invariabilidade da sentença	260
4.2.5. Recursos	262
4.2.5.1. Considerações iniciais	262
4.2.5.2. Princípio do duplo grau de jurisdição	264
4.2.5.3. Princípio do duplo grau de jurisdição obrigatório	266
4.2.5.4. Princípio da taxatividade	269
4.2.5.5. Princípio da singularidade	271
4.2.5.6. Princípio da fungibilidade do recurso	273
4.2.5.7. Princípio da dialeticidade	275
4.2.5.8. Princípio da devolutibilidade dos recursos	277
4.2.5.9. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	281
CONCLUSÃO	283
BIBLIOGRAFIA	287
ÍNDICE TEMÁTICO	299
ALUNOS COOPERADORES	307